



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
“Casa de Epitácio Pessoa”

ATA

ATA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª
SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA,
REALIZADA NO DIA 04 DE MARÇO DE
2026.

Presidência do Senhor Deputado Chico Mendes.

- Presidente -

Senhor Deputado Tovar.

- 1º Secretário-

Às dez horas e dez minutos do dia quatro de março do ano de dois mil e vinte e seis, no Plenário “Deputado José Mariz”, realizou-se a 6ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura da Assembleia Legislativa da Paraíba, sob a presidência do Deputado Chico Mendes e secretariando os trabalhos, o Deputado Tovar. Além dos membros acima mencionados, participaram os Deputados: Adriano Galdino (REP), Anderson Monteiro (MDB), Branco Mendes (REP), Caio Roberto (PL), Camila Toscano (PSDB), Chico Mendes (PL), Chió (PSB), Cida Ramos (PT), Danielle do Vale (REP), Del. Wallber Virgolino (PL), Dr. Romualdo (MDB), Dr. Taciano Diniz (UNIÃO), Dra. Jane Panta (PP), Eduardo Carneiro (SD), Felipe Leitão (REP), Francisca Motta (REP), Galego Souza

(PP), George Morais (UNIÃO), Gilbertinho (UNIÃO), Hervázio Bezerra (PSB), Inácio Falcão (PC do B), João Gonçalves (PSB), João Paulo Segundo (PP), Júnior Araújo (PSB), Jutay Meneses (REP), Luciano Cartaxo (PT), Manoel Ludgério (PSDB), Márcio Roberto (REP), Michel Henrique (REP), Sargento Neto (PL), Tião Gomes (PSB) e Tovar (PSDB). Deixaram de participar os Deputados(as): Bosco Carneiro (REP), Dra. Paula (PP), Eduardo Brito (SD) e Tanilson Soares (PSB). O senhor presidente, “invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano”, declarou aberta a presente sessão e solicitou um minuto de silêncio em homenagem às vítimas da Covid-19. Após a pausa, o presidente registrou que o momento de silêncio realizado na sessão constituiu homenagem às mulheres vítimas de violência, especialmente de violência doméstica e de feminicídio no Brasil e na Paraíba. Informou que a iniciativa atendeu à Resolução nº 2.597, de 19 de dezembro de 2025, de autoria da Deputada Silvia Benjamim. Em seguida, convidou o Deputado Sargento para proceder à leitura bíblica. Ato contínuo, o presidente passou a palavra ao primeiro secretário, Deputado Tovar, para a leitura do Expediente em Mesa. Na sequência, o presidente, Deputado Chico Mendes, retomou a palavra e solicitou a dispensa da leitura das atas anteriores, bem como a da votação da redação final das matérias aprovadas, considerando aprovadas as atas das sessões anteriores e a redação final das referidas matérias. Em seguida, declarou iniciado o Pequeno Expediente, passando a palavra ao primeiro orador inscrito, o Deputado George Morais. Em discurso, chamou a atenção da imprensa para o Projeto de Lei nº 6.594/2026, de autoria do Governo do Estado, que propôs a revogação do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 13.753/2025, a qual autorizou empréstimo de 50 milhões de dólares, aproximadamente 260 milhões de reais, destinado ao financiamento de infraestrutura rural, especialmente para captação e armazenamento de água. Destacou que a legislação vigente vedava a utilização desses recursos em despesas correntes e criticou a iniciativa governamental de retirar tal proibição, argumentando que a medida permitiria o uso indiscriminado do montante. Defendeu a priorização de investimentos no campo e maior transparência na aplicação dos recursos públicos, mencionando dificuldades enfrentadas por produtores rurais, especialmente no setor de leite caprino no Cariri paraibano. Ao final, declarou voto contrário ao projeto, por entender que a proposta representava desvio da finalidade originalmente aprovada pela Assembleia

Legislativa. Na sequência, o presidente passa a palavra ao Deputado Tovar. Em discurso, ocupou a tribuna para esclarecer e sintetizar pronunciamento realizado na sessão anterior, no qual tratou de tema relacionado a julgamento no Tribunal de Justiça envolvendo processo de contratação de empresa pela Secretaria de Estado da Educação. Informou que apresentou convocação do Secretário Tibério Limeira para prestar esclarecimentos à Assembleia Legislativa, posteriormente convertida em convite, aprovado pelos parlamentares, para que o gestor compareça à Casa na semana seguinte. Destacou ainda a importância da retomada dos debates no pequeno e grande expediente, especialmente após o período de sessões remotas decorrentes da pandemia, defendendo o fortalecimento do papel do Parlamento como espaço de discussão de temas relevantes para a Paraíba, a exemplo de questões relacionadas ao abastecimento de água e ao apoio aos produtores rurais. Na sequência, o presidente passa a palavra ao Deputado Chió. Em discurso, manifestou preocupação com os recorrentes casos de feminicídio e violência contra a mulher divulgados na imprensa, especialmente no mês dedicado à valorização feminina, ressaltando a necessidade de mobilização de toda a sociedade, inclusive dos homens, no enfrentamento a esse tipo de violência. Na oportunidade, convidou os parlamentares para participarem da Marcha das Mulheres pela Vida e pela Agroecologia, a realizar-se no município de Remígio, destacando a importância do evento na conscientização social sobre o tema. O parlamentar também registrou a entrega de motocicletas a agentes comunitários de saúde no município de Casserengue, por meio de emenda parlamentar de sua autoria, e sugeriu a criação de mecanismo legal que permita a devolução de recursos de emendas não executadas por prefeituras ou entidades, a fim de possibilitar sua redestinação para outras ações de interesse público, assim, finalizou a participação. Em seguida, concedeu a palavra à Deputada Cida Ramos para pronunciamento. Em discurso, destacou a importância do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, como momento de mobilização e conscientização sobre a violência de gênero, especialmente os casos de feminicídio. Informou a realização de mobilizações e atos públicos em defesa do direito das mulheres à vida, à igualdade e à dignidade, ressaltando a necessidade de enfrentamento da violência doméstica e de políticas públicas voltadas à proteção das mulheres, como ampliação de delegacias especializadas e casas de acolhimento. A parlamentar também defendeu a promoção da igualdade

salarial, melhores condições de trabalho e maior participação feminina na política, enfatizando que a transformação dessa realidade exige o engajamento do Estado e da sociedade na construção de uma cultura de respeito e igualdade de gênero, finalizando o uso da palavra. Dando continuidade, discursou o Deputado Sargento Neto, onde falou sobre a desigualdade salarial na Polícia Militar e criticou propostas que beneficiavam apenas oficiais superiores. Ele defendeu a implementação do escalonamento vertical para garantir que os reajustes contemplassem todas as patentes, do soldado ao coronel, de forma justa. Por fim, anunciou a convocação de uma audiência pública para discutir as necessidades de valorização profissional e escutar toda a categoria. Prosseguindo, o deputado Branco Mendes, ao proferir seu discurso, elogiou os investimentos do Governo na segurança, mas alertou para a escalada de violência no Litoral Sul paraibano. Ele destacou a atuação de facções nas áreas de fronteira com o estado de Pernambuco, desse modo, pediu o aumento no número de policiais e a melhoria das viaturas para patrulhamento. Concluiu afirmando que, apesar dos esforços governamentais, a demanda por segurança nas cidades fronteiriças ainda superava as medidas que foram adotadas. Em continuidade, discursou o deputado Hervázio Bezerra. Com a palavra, expôs denúncias graves sobre erros em laudos médicos que colocaram em risco a vida de diversos pacientes. Ele exigiu que o Governo Estadual se posicionasse sobre a falha da empresa contratada e aplicasse as devidas punições. Finalizando, enfatizou que o silêncio governamental diante de tais episódios era inadmissível e que a Casa deveria atuar na defesa da transparência e da vida. Logo em seguida, fez uso da palavra o deputado João Gonçalves. Ele defendeu a gestão da PB Saúde e ressaltou os investimentos do Governo Estadual, que resultaram em milhares de cirurgias realizadas na Paraíba e argumentou que os erros apontados eram casos isolados e exceções que não refletiam a regra de eficiência e salvamento de vidas. Concluiu, afirmando que o Governo mantinha compromisso com a apuração de irregularidades e que nenhuma denúncia ficaria sem uma resposta. Em oportunidade, o deputado Manoel Ludgério informou que estava apresentando justificativa para se ausentar da sessão por compromisso médico. Dando continuidade, falou o deputado Jutay Meneses. Com a palavra, justificou sua ausência física por estar em Brasília debatendo medidas provisórias que impactam diretamente os pescadores da Paraíba e do Brasil. Sob tal aspecto, criticou a

burocracia da biometria facial e a exigência de geolocalização, que dificultavam o acesso dos trabalhadores ao benefício do seguro defeso. Relatou, por fim, ter realizado reuniões no Ministério da Pesca e no Senado para buscar soluções contra o indeferimento de pagamentos por falhas nos sistemas. Ato contínuo, assumiu a presidência o Deputado Adriano Galdino. Prosseguindo, o Presidente encerrou o Pequeno Expediente e iniciou a Ordem do Dia, passando a palavra para o Primeiro Secretário, o Deputado Tovar, para a leitura dos itens constantes da pauta. Ordem do Dia. 1. VETOS – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM TURNO ÚNICO – QUÓRUM: MAIORIA ABSOLUTA: 183/2024 – DO GOVERNADOR DO ESTADO - Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 2.180/2024 de autoria da deputada Camila Toscano, que "Institui a política de saúde reprodutiva da mulher, prevenção e diagnóstico precoce de doenças ginecológicas, e dá outras providências". RAZÕES DO VETO: INCONSTITUCIONALIDADE. PARECER DA CCJR PELA MANUTENÇÃO DO VETO. 195/2025 – DO GOVERNADOR DO ESTADO - Veto Total por inconstitucionalidade e contrário ao interesse público ao Projeto de Lei nº 2.590/2024 de autoria do deputado Adriano Galdino, que "Dispõe sobre a transferência de servidoras públicas estaduais em situação de violência doméstica e familiar, no âmbito do estado da Paraíba". RAZÕES DO VETO: INCONSTITUCIONALIDADE E CONTRÁRIO AO INTERESSE PÚBLICO. PARECER DA CCJR PELA MANUTENÇÃO DO VETO. De imediato, o deputado Chico Mendes, considerando o quórum reduzido em Plenário, sugeriu retirar os vetos de pauta para serem apreciados na próxima sessão. O Presidente Adriano Galdino, após consultar o Plenário, retirou de pauta os vetos para apreciação na próxima sessão ordinária. 2. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM 1º TURNO – QUÓRUM: MAIORIA SIMPLES: 70/2026 – DA DEFENSORIA PÚBLICA - Altera o art. 13 da Lei Complementar nº 205, de 2024, para estabelecer os parâmetros mínimos de reserva de vagas em seus concursos públicos e dá outras providências. REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Submetido ao Plenário, o Requerimento de Urgência Urgentíssima para todas as matérias foi aprovado por maioria, com voto contrário do deputado George Morais. Designado relator especial, o Deputado Chico Mendes apresentou parecer pela aprovação. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo

aprovado por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação, e foi aprovado por unanimidade. 3. PROJETOS DE LEI – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM TURNO ÚNICO – QUÓRUM: MAIORIA SIMPLES: PROJETO DE LEI Nº 6.594/2026 – DO GOVERNADOR DO ESTADO - Revoga o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 13.753, de 25 de junho de 2025, que autoriza operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), até o limite de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares americanos), destinados à implantação do Projeto Paraíba Rural Sustentável II e dá outras providências. REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Requerimento de Urgência Urgentíssima já fora aprovado. Designado relator especial, o Deputado Chico Mendes apresentou parecer pela aprovação. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por maioria, com voto contrário do Deputado George Morais. O projeto foi submetido à discussão e o Deputado George Morais criticou a proposta de revogação do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 13.753/25 e afirmou que a medida retiraria a obrigatoriedade de destinação exclusiva dos 50 milhões de dólares à infraestrutura rural, possibilitando que esse montante sirva para outros fins, inclusive despesas correntes. A Deputada Camila Toscano corroborou com o posicionamento do Deputado George Morais, questionou a tramitação da matéria em regime de urgência urgentíssima e defendeu que temas de tamanha complexidade orçamentária e impacto no endividamento estadual deveriam ser debatidos de forma mais aprofundada nas comissões temáticas respectivas. O Deputado Tovar lamentou o enfraquecimento das comissões permanentes da Casa e a celeridade excessiva na aprovação de projetos vultosos. Pontuou ainda a contradição de o Governo declarar superávit em caixa enquanto solicita novos empréstimos. Por fim, anunciou seu voto contrário, acompanhando a orientação da oposição. O Deputado Hervázio Bezerra reconheceu a importância do debate e a necessidade de o Secretário de Estado comparecer à Assembleia para detalhar esses investimentos. Ponderou que a matéria careceu de um parecer técnico mais consubstanciado da Comissão de Orçamento e, por considerar os argumentos da oposição equilibrados, decidiu acompanhar o voto da bancada opositora nesta matéria específica. Após as discussões, o projeto foi aprovado por maioria, com os votos contrários registrados dos Deputados George Morais, Camila Toscano, Tovar, Delegado Wallber

Virgolino, Hervázio Bezerra e Anderson Monteiro e abstenção do Deputado Dr. Romualdo. PROJETO DE LEI Nº 6.383/2026 – DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO - Estabelece diretrizes para a regionalização mínima da aplicação de recursos estaduais destinados a programas de microcrédito e de incentivo ao empreendedorismo, com vistas à promoção do desenvolvimento econômico equilibrado e à redução das desigualdades regionais no estado da Paraíba. REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Requerimento de Urgência Urgentíssima já fora aprovado. Designado relator especial, o Deputado Chió apresentou parecer pela aprovação. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação e foi aprovado por unanimidade. PROJETO DE LEI Nº 6.504/2026 – DO DEPUTADO GILBERTINHO – Nomeia como “Rodovia Idália Maia”, a rodovia que liga a PB 325 ao distrito de Coronel Maia, no município de Catolé do Rocha, e dá outras providências. REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. O Presidente retirou a matéria de pauta destacando o acordo firmado entre as bancadas, o qual determina que todo projeto de denominação de rodovias estaduais deve, obrigatoriamente, tramitar na CCJR, antes de ser apreciado pelo plenário. PROJETO DE LEI Nº 911/2023 – DA DEPUTADA DANIELLE DO VALE - Estabelece regras de segurança para áreas de lazer e equipamentos destinados ao público infantil, no âmbito do estado da Paraíba. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designada relatora especial, a Deputada Francisca Motta apresentou parecer pela aprovação. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação e foi aprovado por unanimidade. PROJETO DE LEI Nº 1.118/2023 – DO DEPUTADO GALEGO SOUZA - Garante que os consumidores tenham direito de cancelar assinaturas de serviços online de forma rápida e simples, sem obstáculos, no âmbito do estado da Paraíba, e dá outras providências. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado relator especial, o Deputado Michel Henrique apresentou parecer pela aprovação. Os pareceres foram submetidos à discussão e votação, sendo aprovados por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão. O Deputado Júnior Araújo parabenizou

o autor pela relevância da iniciativa, destacou que o tema estava presente no cotidiano da população e sugeriu que a Casa Legislativa adotasse mecanismos rigorosos de fiscalização para garantir o cumprimento das leis aprovadas, evitando que se tornem "letra morta". Por fim, solicitou subscrição ao projeto. O Deputado Adriano Galdino classificou o processo de cancelamento de planos junto às concessionárias como um aborrecimento e relatou um caso pessoal de cobrança indevida por serviços não utilizados. O Deputado Anderson Monteiro corroborou com as críticas à burocracia imposta pelas empresas e pontuou a discrepância entre a facilidade de contratação — realizada com poucos cliques — e a dificuldade enfrentada pelo consumidor no momento do distrato. Ele afirmou ainda que as operadoras lucram com os obstáculos criados e alertou o Governo do Estado para que não alegasse inconstitucionalidade, uma vez que a matéria tratava estritamente de Direito do Consumidor, matéria de competência concorrente. O projeto foi submetido à votação e foi aprovado por unanimidade. PROJETO DE LEI Nº 1.409/2023 – DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Estabelece princípios e diretrizes para a implementação e o uso da inteligência artificial no âmbito da administração pública estadual direta e indireta. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA SUPRESSIVA. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado relator especial, o Deputado Anderson Monteiro apresentou parecer pela aprovação. Os pareceres foram submetidos à discussão e votação, sendo aprovados por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação e foi aprovado por unanimidade. PROJETO DE LEI Nº 1.551/2023 - DO DEPUTADO EDUARDO CARNEIRO – Institui, no Estado da Paraíba, o mês de agosto como o Mês da Primeira Infância. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Matéria prejudicada por ausência do deputado autor. PROJETO DE LEI Nº 2.345/2024 – DO DEPUTADO ANDERSON MONTEIRO - Cria a Carteira de Identificação da Pessoa Acometida por Acidente Vascular Cerebral. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado relator especial, o Deputado Tovar apresentou parecer pela aprovação. Os pareceres foram submetidos à discussão e votação, sendo aprovados por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação e foi aprovado por unanimidade. PROJETO DE LEI Nº 3.144/2024 – DO DEPUTADO

GILBERTINHO - Assegura a disponibilização de cardápios na forma de pictogramas, em estabelecimentos que comercializem alimentos e bebidas, para pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) no estado da Paraíba. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Matéria prejudicada por ausência do deputado autor. PROJETO DE LEI Nº 3.641/2025 – DO DEPUTADO INÁCIO FALCÃO - Dispõe sobre o atendimento prioritário às pessoas com epilepsia, no estado da Paraíba. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado relator especial, o Deputado Chico Mendes apresentou parecer pela aprovação. Os pareceres foram submetidos à discussão e votação, sendo aprovados por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação e foi aprovado por unanimidade. PROJETO DE LEI Nº 3.844/2025 – DO DEPUTADO CHIÓ - Institui a Política Estadual de Promoção do Respeito às Mulheres nas Instituições de Ensino, no âmbito do estado da Paraíba. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA SUPRESSIVA. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designada relatora especial, a Deputada Francisca Motta apresentou parecer pela aprovação. Os pareceres foram submetidos à discussão e votação, sendo aprovados por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação e foi aprovado por unanimidade. PROJETO DE LEI Nº 4.266/2025 – DO DEPUTADO MICHEL HENRIQUE - Institui a Semana Estadual da Cultura e História da Paraíba. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado relator especial, o Deputado Hervázio Bezerra apresentou parecer pela aprovação. Os pareceres foram submetidos à discussão e votação, sendo aprovados por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação e foi aprovado por unanimidade. PROJETO DE LEI Nº 5.142/2025 – DO DEPUTADO CHICO MENDES – Denomina de “Rodovia engenheiro Dr. Sérgio Nicola Mesquita Porto”, os trechos que especifica da rodovia estadual PB-008, litoral norte. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. O Presidente retirou a matéria de pauta destacando o acordo firmado entre as bancadas, o qual determina que todo projeto de denominação de rodovias estaduais deve, obrigatoriamente, tramitar na CCJR, antes de ser apreciado pelo plenário. PROJETO DE LEI Nº 5.181/2025 – DA DEPUTADA CIDA RAMOS - Altera os artigos 2º, 3º e 4º e cria os art. 5º e 6º da Lei nº 13.652/2025 e dá outras providências.

PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado relator especial, o Deputado Chió apresentou parecer pela aprovação. Os pareceres foram submetidos à discussão e votação, sendo aprovados por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação e foi aprovado por unanimidade. PROJETO DE LEI Nº 5.194/2025 – DO DEPUTADO TOVAR CORREIA LIMA - Concede o Título de Cidadão Paraibano ao senhor José Antônio Ferreira Freire em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Paraíba e ao Brasil na promoção do esporte e da inclusão social das pessoas com deficiência. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado relator especial, o Deputado Michel Henrique apresentou parecer pela aprovação. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação e foi aprovado por unanimidade. PROJETO DE LEI Nº 5.266/2025 – DO DEPUTADO LUCIANO CARTAXO – Reconhece como de relevante interesse cultural, social e econômico do Estado da Paraíba a Feirinha de Artesanato de Tambaú, localizada no município de João Pessoa, e dá outras providências. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Matéria prejudicada por ausência do deputado autor. PROJETO DE LEI Nº 5.566/2025 – DO DEPUTADO BRANCO MENDES - Dispõe sobre o uso do cordão tulipa vermelha para garantir atendimento prioritário em estabelecimentos públicos e privados às pessoas com doença de parkinson, no estado da Paraíba, e dá outras providências. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designada relatora especial, a Deputada Danielle do Vale apresentou parecer pela aprovação. Os pareceres foram submetidos à discussão e votação, sendo aprovados por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação e foi aprovado por unanimidade. PROJETO DE LEI Nº 5.839/2025 – DO DEPUTADO GEORGE MORAIS - Cria o Cadastro Estadual de Profissionais e Empresas do Setor de Energias Renováveis. Designado relator especial, o Deputado Sargento Neto apresentou parecer pela aprovação. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação e foi aprovado por unanimidade. PROJETO DE LEI Nº 137/2023 – DO DEPUTADO JUTAY MENESES - Regulamenta o artigo 43, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor instituindo a comunicação por meio eletrônico. PARECER DA CCJR

PELA CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA MODIFICATIVA. PARECER DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS PELA APROVAÇÃO. Matéria prejudicada por ausência do deputado autor. PROJETO DE LEI Nº 686/2023 – DO DEPUTADO SARGENTO NETO - Institui a Semana de Conscientização sobre a Guarda Responsável e o Controle Populacional Animal no âmbito do estado da Paraíba e dá outras providências. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. PARECER DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E MEIO AMBIENTE PELA APROVAÇÃO. Os pareceres foram submetidos à discussão e votação, sendo aprovados por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação e foi aprovado por unanimidade. PROJETO DE LEI Nº 777/2023 – DO DEPUTADO DR. ROMUALDO - Institui a Rota Cariri como Circuito Turístico no estado da Paraíba. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA DE REDAÇÃO. PARECER DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E MEIO AMBIENTE PELA APROVAÇÃO. Os pareceres foram submetidos à discussão e votação, sendo aprovados por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação e foi aprovado por unanimidade. PROJETO DE LEI Nº 3.060/2024 – DO DEPUTADO JOÃO PAULO - Dispõe sobre denominar Queimadas como a cidade das pedras, neste estado. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação e foi aprovado por unanimidade. PROJETO DE LEI Nº 3.907/2025 – DO DEPUTADO INÁCIO FALCÃO - Concede o Título de Cidadão Paraibano ao Padre George Batista Pereira Filho. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. O parecer foi submetido à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. O projeto foi submetido à discussão e votação e foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente requereu a votação em bloco das proposituras constantes no item 4 da pauta, com concordância dos líderes do governo e da oposição. Em seguida, o Presidente deferiu a inclusão de pauta do Projeto de Resolução nº 631/2026 – DO DEPUTADO GALEGO SOUZA – Concede a Medalha “Epitácio Pessoa”, a Senhora Simone Jordão Almeida, Presidente da FUNAD-PB, pelos relevantes serviços prestados ao Estado da Paraíba. O Deputado Chico Mendes requereu também a votação

em bloco dos demais itens, além do item 4, e destacou os Pedidos de Informação nº 295/2026 – DA DEPUTADA CAMILA TOSCANO e nº 296/2026 – DO DEPUTADO CAIO ROBERTO, constantes no item 6. Designado o relator especial, o Deputado Chico Mendes apresentou parecer pela aprovação das proposições dos itens 4 a 8. Referente aos projetos de autoria do Deputado Chico Mendes contidos nesses itens, foi designado como relator especial o Deputado Tovar, que proferiu parecer pela aprovação. Os pareceres foram submetidos à discussão e votação, sendo aprovados por unanimidade. Em seguida, o Presidente facultou a palavra ao Deputado Caio Roberto acerca do Pedido de Informação nº 296/2026 – DO DEPUTADO CAIO ROBERTO. O parlamentar explicou que a Loteria do Estado da Paraíba (LOTEP) concedeu licenças para a operação de rifas online sem possuir autonomia legal para tal, o que motivou uma investigação da Polícia Federal e o cancelamento da licença pela Receita Federal. Questionou, ainda, a concessão célere de uma nova autorização para a empresa "Bolada Pix" em menos de trinta dias e exigiu esclarecimentos oficiais do superintendente da LOTEP sobre os critérios técnicos e legais adotados nessas concessões. A deputada Camila Toscano pediu que o líder do Governo reavaliasse o pedido de destaque. Segundo a deputada, o pedido de informação representa uma oportunidade para que o Estado apresente esclarecimentos, afirmando que esse instrumento é um direito do deputado. O deputado George Morais afirmou concordar com a fala da deputada Camila Toscano, criticou a saúde pública do Governo do Estado e afirmou que o Tribunal de Contas tem apontado erros na gestão estadual. Além disso, solicitou ao líder do Governo que o pedido de informação seja encaminhado. O deputado Hervázio Bezerra afirmou que a deputada Camila Toscano busca permitir que o Estado apresente as informações solicitadas. Defendeu o pedido de informação e declarou que, proporcionalmente, o Governo da Paraíba possui mais recursos em caixa do que o Estado de São Paulo. O deputado Tovar também defendeu o pedido de informação, afirmando que se trata de uma obrigação. Relatou que, quando era vereador na cidade de Campina Grande, tais pedidos sequer eram votados, e criticou a falta de transparência do Governo Estadual. Em seguida, o deputado Chió assumiu a Presidência da sessão. A deputada Dra. Jane Panta afirmou que o pedido de informação é um direito de todo parlamentar, manifestou apoio à solicitação e pediu que o líder do Governo retirasse o destaque. Posteriormente, o deputado Adriano Galdino

reassumiu a Presidência da sessão. O deputado João Gonçalves afirmou que o destaque solicitado pelo líder do Governo é regimental. Defendeu a gestão da PB Saúde, afirmando que o órgão é competente e que o Estado tem realizado diversas cirurgias ortopédicas. A deputada Camila Toscano voltou a defender a revisão dos destaques, afirmando que existem diversos destaques que não foram votados. O presidente informou que discutirá o tema com as lideranças. Em votação, todas as matérias constantes nos itens 04, 05, 06, 07 e 08 da Ordem do Dia foram aprovadas, exceto aquelas que receberam destaque e as de autoria de deputados ausentes. Logo após, finalizada a pauta e não havendo mais deliberações, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente sessão. O inteiro teor da reunião foi gravado e filmado, e as notas taquigráficas, após decodificadas e revisadas, poderão ser consultadas na íntegra. A presente ata, após aprovada, será assinada e encaminhada à publicação no Diário do Poder Legislativo da Paraíba e no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo - SAPL. A presente sessão ordinária registrou-se de forma presencial, João Pessoa-PB, 04 de março de 2026.



DEP. ADRIANO GALDINO
Dep. Estadual

Presidente



TOVAR CORREIA LIMA
Deputado Estadual

1º Secretário